**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE REQUALIFICAÇÃO COMERCIAL DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE E DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DA PECUÁRIA DE BOVÍDEOS NO ESTADO DO PARÁ**

Thais Kiara da Silva Coutinho1; Thamires Beatriz dos Santos Caitano2; Ana Carolina Moraes Reis3

1 Pós-graduada em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIESAMAZ). thaiscoutinho.ss18@gmail.com

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Universidade do Estado do Pará (UEPA).

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Universidade do Estado do Pará (UEPA).

**RESUMO**

A pecuária é uma importante atividade econômica no Estado do Pará, o qual apresenta o segundo maior rebanho bovino brasileiro. No entanto, a expansão das áreas de pastagens em detrimento da floresta nativa e da vegetação secundária tem sido motivo de preocupação nos últimos anos, sendo necessária a implementação de Políticas Públicas para reduzir o desmatamento ilegal associado à atividade pecuária no Estado. Diante disso, o Governo do Pará, por meio do Decreto 3.533/2023, criou o Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos no Estado do Pará, que apresenta iniciativas importantes como o Sistema Oficial de Rastreabilidade Bovídea Individual do Pará (SRBIPA) que visa a produção de carne sem desmatamento e a Requalificação Comercial de produtores rurais que estejam impedidos de comercializar carne para frigoríficos por terem praticado desmatamento ilegal em suas propriedades. Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi analisar a implementação do Mecanismo de Requalificação Comercial pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), por meio de levantamento bibliográfico, análise da legislação e consulta ao Sistema de Restauração Florestal (SIRFLOR), desenvolvido para sua implementação, conforme a Portaria nº 776/2022. De acordo com os resultados, o produtor rural deverá iniciar o processo de requalificação com a contratação de um técnico credenciado no SIRFLOR, que irá cadastrar o seu imóvel e identificar as áreas desmatadas detectadas pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) para realização dos procedimentos técnicos e legais exigidos. Em 24/11/2024, havia apenas 32 técnicos credenciados, distribuídos em 20 municípios, principalmente naqueles que se destacam pela atividade agropecuária como Marabá (5), Paragominas (4) e Redenção (3). Inicialmente, a área desmatada ilegalmente deverá ser isolada pelo produtor para restauração da vegetação nativa, não podendo mais ser utilizada para atividades econômicas. Em seguida, o produtor deverá recolher para o FAO (Fundo da Amazônia Oriental) a indenização civil pelo dano causado ao meio ambiente (R$ 250,00/ha para PRODES até 2016, R$ 500,00/ha de 2017 e 2018 e R$ 5.000,00/ha de 2019 em diante), pagar a taxa para manutenção e operação do sistema (R$ 50,00/ha de PRODES), além de iniciar os procedimentos previstos na legislação estadual para a regularização ambiental de sua propriedade (Cadastro Ambiental Rural), a fim de apresentar a “Declaração de Compromisso de Regularização de Imóvel Rural” para emissão da “Declaração de Legalidade Comercial”, que permite a retomada da comercialização de seu produto no mercado formal durante um ano, podendo ser renovada. Além disso, será realizado o monitoramento periódico das áreas em regeneração por meio de imagens de satélite e vistorias para verificar se o produtor está cumprindo as exigências do compromisso. Diante do exposto, conclui-se que a Requalificação Comercial representa um avanço significativo para a pecuária paraense, pois retoma o produtor ao mercado formal da carne, acelerando a adequação ambiental, entretanto, é necessário difundir esse mecanismo entre os produtores paraenses e aumentar o número de técnicos credenciados no sistema para maior cobertura desse serviço no Estado, além de um monitoramento eficiente das áreas em regeneração.

**Palavras-chave:** Atividade Pecuária. Desmatamento Ilegal. Políticas Públicas.

**Escolha a Área de Interesse do Simpósio**: Desenvolvimento Agrícola, Economia Extrativa, Política Ambiental, Produção e Manejo Agroflorestais.